

**Memórias afro-brasileiras no Estado do Paraná: as práticas de vida da comunidade
Quilombola Paiol de Telha¹**

Delton Aparecido FELIPE*

Sandra de Cássia Araújo PELEGRINI**

Resumo: Os territórios tradicionais além de assegurar a sobrevivência dos povos e comunidades quilombolas constituem a base para a produção e a reprodução do seu patrimônio cultural. Na Comunidade Quilombola Paiol de Telha, no centro sul do estado do Paraná-Brasil, os saberes e as práticas são transmitidos de geração a geração e envolvem um acúmulo de conhecimentos sobre os modos de vida dos descendentes de homens e de mulheres escravizados. Ao analisarmos as suas práticas percebemos que os processos de sociabilidade que organizam a identidade desse grupo têm ultrapassado as fronteiras espaciais nas quais estão inseridos e vêm sendo gradualmente construídos mediante novos elos que a comunidade agrega. Concluímos que a memória é o fio condutor que nos leva a entender o território quilombola da “Comunidade Paiol de Telha” como Patrimônio cultural negro no Paraná.

Palavras-chave: Memórias afro-brasileiras. Patrimônio cultural. Práticas de vida. Saberes e fazeres. Comunidade Paiol de Telha.

**Afro-brazilian memories in Paraná State: the life practices of “Paiol de Telha”
Quilombola Community**

Abstract: The traditional territories, besides ensuring the survival of *quilombola* peoples and communities, are the basis for the production and reproduction of their cultural heritage. The *Quilombola* Community “Paiol de Telha”, in the southern center of the state of Paraná, Brazil, knowledge and practices are transmitted from generation to generation and involve an accumulation of knowledge about the ways of life of the descendants of enslaved men and women. By analyzing their practices, we realize that the sociability processes that organize the identity of this group have exceeded the spatial boundaries in which it is inserted and has been gradually built upon the new links that the community adds. We conclude that memory

* Professor Doutor – Departamento de História e do Mestrado Profissional em Ensino de História – Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Brasil. Av. Colombo, 5790 - Zona 7, Maringá - PR, 87020-900. E-mail: ddelton@gmail.com

** Professora Doutora - Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado e Doutorado – Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Brasil. Av. Colombo, 5790 - Zona 7, Maringá - PR, 87020-900. E-mail: sandrapelegrini@yahoo.com.br

is the thread that leads us to understand the quilombo territory of the “Paiol de Telha Community” as black cultural heritage in Paraná.

Keywords: Afro-Brazilian Memories. Cultural heritage. Life practices. Knowledge and practices. Paiol de Telha Community

Introdução

A história da Comunidade Quilombola Paiol de Telha, localizada nas proximidades da cidade de Guarapuava no centro sul paranaense, situada a 257,8 km da capital Curitiba, insere sua luta pela preservação da memória e história da população negra no Brasil.

A gênese da história do Quilombo Paiol de Telha se dá a partir dos anos de 1860, quando uma senhora de escravos chamada Balbina Francisca de Siqueira Cortes, proprietária da fazenda Capão Grande, deixa em testamento a seus treze escravos libertos a área de terra denominada Invernada Paiol de Telha. O testamento não é claro quanto à exatidão das dimensões geográficas da referida área, apenas explicita a sua localização de acordo com os padrões da época, conforme consta em parte da transcrição do referido documento:

[...] declaro, que a Invernada denominada do Paiol de Telha, passiva na Fazenda do Capão Grande, e que principia deste Portão até o Rio da Reserva, com as terras de cultura existentes, ficarão pertencendo por meu falecimento a todos os escravos de cima mencionados e as suas famílias para morarem, sem nunca poderem dispor, visto como fica como patrimônio dos mesmos. (MARTINS, 1999, p. 409).

A apropriação dessas terras pela população negra ocorreu no ano de 1868, ano de morte de Balbina Francisca. A partir daí, o território em que se localiza a comunidade quilombola Paiol de Telha foi alvo de inúmeras contestações e apropriações indevidas por familiares da benfeitora, grileiros e colonos e pela desapropriação de terras efetuada pelo Governo do Estado do Paraná na década de 1950, quando deu início ao processo de imigração “alemã” na região de Guarapuava (CALÁBRIA, 2013).

As histórias contadas pelos descendentes dos ex-escravos sustentariam que a área herdada possuía originalmente 3.000 alqueires – aproximadamente 7.260 ha – 40% maior do que a área do “limite vivido”, do “tradicionalmente ocupado”. A análise dos documentos arrolados em uma escritura pública de compromisso de compra e venda, datada de 1974, onde Oscar Pacheco dos Santos e sua mulher comprometem à Cooperativa Central Agrária Ltda. “Uma área de campos e capões no imóvel ‘Paiol de Telha’, também conhecida como ‘Fundão’, cita que, embora o objeto da venda tenha no momento entre 1.600 e 2.000

alqueires (entre 3.872 e 4.840 hectares)”, segundo voz corrente no local e mesmo nesta cidade de Guarapuava, “[...] a dita Invernada abrangia uma área de aproximadamente (3.000) três mil alqueires.” (BUTI, 2009, p.48)

Conforme Veronezzi e Da Silva (2013), mesmo em meio a esse ambiente cercado de conflitos, a vida nas terras da Invernada seguia uma rotina agrícola até meados da década de 1970, quando as famílias foram expulsas do território. Sob ameaças, as famílias foram obrigadas a deixar suas casas, criações e plantações, saindo de lá com os pertences que tinham e se alocando em diversas regiões do estado Paraná e em outros estados do Brasil.

Como relata Buti (2009), desde 1866, os referidos ex-escravos, primeiro por si e depois por intermédio de seus descendentes, vieram mantendo pacífica, ininterrupta e incontestavelmente a “posse” do imóvel até o ano de 1973, quando começaram a vender seus direitos de posse ao Sr. Oscar Pacheco dos Santos, mediante inúmeras escrituras de “cessão de direitos de posse hereditários”. Essas operações de compra e venda de POSSE se iniciaram em meados do ano de 1973 e se alongaram até setembro de 1974, época em que Oscar Pacheco dos Santos já havia adquirido os “direitos” de grande maioria dos descendentes dos escravos legatários que residiam e mantinham a posse do imóvel, maioria essa que se estimava em mais de 90%.

Aos 17 de setembro de 1974, Oscar Pacheco dos Santos transferiu à autora, Cooperativa Agrária Mista Entre-Rios Ltda., todos os direitos de posse que já exercia sobre o imóvel adquirido por meio das escrituras sobreditas, transferência ou cessão essa que fez mediante escritura pública outorgada naquela data. A autora já havia adquirido, até outubro de 1975, os direitos possessórios de todos os remanescentes que mantinham posse no imóvel, os quais se retiraram da terra e lhe transferiram as posses, de sorte que, nessa época, a autora passou a ter posse integral da fazenda (BUTI, 2009).

E aqueles que se recusavam a vender suas terras eram atacados e expropriados e essa situação da terra dos quilombolas da Comunidade Paiol de Telha, ainda hoje pode ser acessada na memória de todos os entrevistados, como nos relata o Entrevistado 1:

Eles (os fazendeiros) já soltavam o gado para engodar com que os negros plantavam. Quando viram que mesmo assim os negros não saiam da terra, começavam a botar fogo no paiol de milho e feijão que foi colhido as veiz, levavam oito dias queimando. Os peões avisavam que era para sair que eles iam queimar as casas com tudo. O velho Tomé diz que saiu com a família a passear em um vizinho meio longe, estavam tomando mate, sentiram cheiro de queimado, saíram para ver, era a casa dele que ficava numa baixada estava queimando tudo. Vieram vindo sendo empurrados, a cada vez que construíram era tudo queimado, acabavam ficando nesse pedaço onde até hoje, vivem! Hoje existem outras famílias no local, mas dos Tomé mesmo são cinco famílias, a maioria está espalhada, foram saindo para Laranjeiras, Cantagalo e Guarapuava²(sic). **Entrevistado 1**

A situação dos herdeiros do Paiol de Telha se tornou conhecida nacionalmente (JOCOSKI, 2011). Em 1981, o Instituto de Terras de Cartografia (ITC), após análise da documentação apresentada pelos representantes da referida comunidade, manifestou-se pela necessidade de aprofundamento sobre o direito de posse da área de terras em questão.

No ano de 1991, a Cooperativa que representa os proprietários imigrantes da região, ganhou a ação de usucapião sobre as terras da Comunidade Quilombola Paiol de Telha, passando a posse das mesmas para seus cooperados. Com isso, a situação dos herdeiros dos ex-escravos de Balbina ficou mais difícil (CALÁBRIA, 2013).

Somente no ano de 1995, conforme Jocoski (2011 p.98-99), com o incentivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), houve a formação de uma Associação, contando com o apoio de diversas entidades e instituições, entre elas o Sindicato que promoveu o reencontro desses herdeiros, e alguns destes, se assentaram em um “barranco” (atual Núcleo Barranco), próximo a uma rodovia, com o objetivo de reivindicar seus direitos de retornar às suas terras de origem, vivendo em condições rurais consideradas precárias até o presente momento. (VERONEZZI E DA SILVA, 2013, p.234)

Em julho de 1998, ainda segundo Veronezzi e Da Silva (2013) foi criado pelo INCRA, conjuntamente com o poder público e a Cooperativa da região, o Assentamento Paiol de Telha, localizado na Colônia Socorro, Distrito de Entre Rios, Guarapuava-Paraná, com o intuito de “solucionar” o problema das terras por um determinado tempo. Porém, muitos anos se passaram, e o que era “provisório” tornou-se permanente.

Atualmente, a comunidade composta por duzentas famílias, segundo a FUNARTE (2013), encontra-se dividida; em quatro núcleos distintos: um grupo de famílias está acampado no “barranco” da estrada que liga o município de Reserva do Iguaçu a Pinhão (Núcleo Barranco), próximo ao território assentado; outro grupo está no município de Guarapuava (Núcleo Guarapuava); outro no município de Pinhão (Núcleo Pinhão); e o último grupo está assentado em Paiol de Telha, na Colônia Socorro, Distrito de Entre Rios, Guarapuava (Núcleo de Assentamentos). De acordo com os dados do Grupo de Trabalho Clovis Moura (2010), considerando os diversos núcleos, tem-se 51 famílias, que somam 255 pessoas.

No ano de 2005, a Fundação Cultural Palmares reconheceu a comunidade composta por descendentes dos herdeiros de Balbina, como um quilombo, passando a se denominar Comunidade Quilombola Paiol de Telha, cuja sede se encontra no Núcleo de Assentamento e, segundo a FUNARTE (2013), é considerada o primeiro quilombo no estado do Paraná.

O quilombo Paiol de Telha, em seus diversos núcleos, tem como objetivo resguardar suas tradições e a memória negra no Paraná, por intermédio de suas festas, rezas, culinária e artesanato. O que nos leva a supor que o quilombo se apresenta como um “lugar de memória”, pois, como define Nora (1993), consiste na necessidade de registrar a memória. Esta necessidade, segundo o autor, seria uma reação em relação aos processos de aceleração da história, e ao definir os lugares da memória, a comunidade demonstra definir também sua identidade. Os moradores são herdeiros não apenas da terra onde seus antepassados moravam, mas também de um capital cultural simbólico que remonta a práticas antigas, ligadas à tradição.

A definição quilombola para a Comunidade Paiol de Telha mobilizou a própria comunidade na autodefinição de descendentes de homens e mulheres escravizados no Brasil. Essa definição não é um evento isolado, mas se articula em um processo mais amplo, que teve seu marco legal com a publicação da Constituição Federal de 1988.

No caso da Comunidade Quilombola Paiol de Telha, atualmente é impossível dissociar da fala dos entrevistados memórias que invocam os “escravos libertos” da “senhora” Balbina Francisca de Siqueira, que doou a eles, em 1860, “a terra denominada Paiol de Telha”. A partilha, embora tenha sido feita após a abertura do Inventário de Balbina, no ano de 1866, é uma ação que remete ao testamento elaborado por seu marido, Manoel Ferreira dos Santos, falecido no ano de 1852. Ligadas aos “libertos” estão as terras do “Paiol de Telha”, nome que, mais de cem anos depois da doação, seria anexado ao sujeito - “comunidade”, e incorporado pelo movimento dos requerentes das referidas terras em suas investidas para retornar ao local onde seus ancestrais viveram. Temos, portanto, a condição de sujeito da “Comunidade Quilombola Paiol de Telha”, a partir das memórias que vinculam as memórias dos quilombolas às terras herdadas de Balbina.

Entendemos, dessa forma, que a Comunidade Paiol de Telha, ao ser reconhecida pela sua população e pelo governo como quilombo, se organiza como um lugar de memória, o que leva a compreender que esses lugares são povoados por memórias históricas que permitem que a população local construa a sua identidade.

Práticas de vida da Comunidade Quilombola Paiol de Telha: exercício da memória

A memória se perdura em lugares, assim como a história em acontecimentos. Nora (1993) cunhou a expressão “lugares da memória” que consiste na necessidade de registrar a memória. Esta necessidade, segundo o referido autor, seria uma reação em relação aos processos de aceleração da história, e ao definir os lugares da memória, a comunidade demonstra definir também sua identidade. Dessa forma, ao entrevistarmos os quilombolas

da Comunidade Paiol de Telha em busca de conhecer como o seu saber e seu fazer salvaguardam a memória de seus ancestrais, estamos entendendo que sua identidade se constrói e reconstrói em relação aos contatos que estabelecem com outros grupos.

Sobre a identidade, Hall (2001) traz algumas reflexões: à medida que o contexto contemporâneo é marcado pelos descentramentos e a globalização como reação a estes processos emergem dois padrões das construções identitárias o da homogeneização e o da busca pelas “raízes” pela diferenciação. Ainda que seja tentador pensar a identidade restringida a dois caminhos: um retornando às “origens” e outro desaparecendo por meio da assimilação ou homogeneização, tais caminhos não levam em consideração a questão da tradução. A noção de tradução pressupõe pensarmos a cultura como híbrida. E no que tange à análise de comunidades tradicionais, é plausível pensarmos que tanto os “lugares de memória”, como a representação identitária, lançam mão de elementos culturais e que estes elementos são constantemente mutáveis e sociáveis (BURKE, 2000).

Dessa forma, ao relatar as memórias quilombolas sobre suas práticas culturais, não temos a intenção de congelar as expressões culturais ou criticar as transformações históricas, considerando-as sinônimo de perda ou empobrecimento cultural. Consideramos que os processos de mudança implicam simultaneamente renovação e produção cultural. O objetivo de mapear essas práticas de vida da Comunidade Quilombola Paiol de Telha mediante a fala de nossos entrevistados é fortalecer as referências culturais para valorizar identidades ancoradas nos territórios e histórias locais (FELIPE, 2015).

Outro fator que levamos em consideração nesse relatório é a existência de memórias em vez de memória. Isso porque, ao considerarmos as formulações teóricas de Halbwachs (1990), podemos afirmar que há tantas memórias quanto grupos sociais existam. O que leva a alertar o leitor que, de forma alguma, esperamos encontrar uma homogeneidade nas falas e nas memórias de nossos entrevistados.

As entrevistas com os quilombolas nos permitiram perceber que seus saberes e seus fazeres, na atualidade, estão vinculados às práticas de vida de seus antepassados. Essas práticas sustentam o modo de vida destas comunidades, revelando a maneira como os quilombolas se relacionam entre si e com o trabalho cotidiano, com as plantas cultivadas e a floresta, os ciclos de vida e morte, a fé católica que caracteriza sua vida religiosa e os fenômenos sobrenaturais.

A roça vem do momento que os antepassados estiveram na terra, acho que é vinda dos índios e dos negros. Aprendi com meu pai a tirar o chapéu e fazer uma oração: um pai nosso, pedir ajuda para tudo dar certo e afastar os animais peçonhentos da roça. Se faz mutirão, à tarde tem baile. Antes era música tocada com rabeca, viola, depois foi mudando para sanfona e violão. Hoje é o forró. O homem segura na cintura da dama, ela coloca a mão no

ombro dele e é só dançar. Houve mudanças em algumas práticas: hoje existem vários cursos e técnicas de plantio. A mandioca, por exemplo, antes não era com espaçamento, hoje já é com espaçamento certo. Hoje a queimada nem sempre é utilizada, antes era. Também as roças eram feitas nas margens d'água e hoje não é mais (sic). **Entrevistado 3**

Os saberes e as práticas são transmitidos por gerações e envolvem um acúmulo de conhecimentos sobre o território que ocupam e as relações sociais dentro e fora do grupo. Conseguimos identificar formas de saber e fazer em diversas práticas de vida da população da Comunidade Quilombola Paiol de Telha, para categorizar as práticas de vida relatadas pelos sujeitos deste local utilizamos a mesma metodologia adotada no Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, como mencionamos anteriormente, dividindo-as em celebrações, formas de expressões, saberes e lugares.

Devemos sempre considerar o alerta de Arantes (2009), que argumenta que, na definição oficial, os elementos culturais aparecem inter-relacionados historicamente e construídos em sistema. A definição do que é patrimônio recai sobre o valor atribuído localmente a estes elementos, aos significados atribuídos pelos moradores do local ou do saber e do fazer. Porém, a condição de patrimônio passa também pela sua expressão e por seu reconhecimento na esfera pública, na aplicação de políticas organizadas pelo governo.

Celebrações: Festa do Divino e outras festas

As celebrações identificadas nas falas dos entrevistados revelam a forte influência do catolicismo popular na vida comunitária dos quilombolas. A maioria das celebrações consiste em festas dedicadas a homenagear santos padroeiros, nas quais ganham destaque as procissões, o hasteamento de mastros, a presença dos festeiros como provedores e organizadores da celebração e os bailes. São momentos de suspensão da vida cotidiana em que se atualizam as trocas de bens simbólicos e há espaço para a diversão e convivência espontânea.

Inserem-se nesta categoria as festas comunitárias, religiosas ou não, que envolvem uma significativa mobilização coletiva ou que possuem profundidade temporal na comunidade, sendo identificadas como um evento que integra diferentes gerações. As celebrações identificadas revelam a forte influência do catolicismo popular na vida comunitária dos quilombos.

No final dos ritos litúrgicos ou durante as visitas às casas, as celebrações envolvem a partilha do alimento produzido na roça e dos animais de criação, reforçando as relações com o território. O calendário religioso associado ao agrícola expressa a relação com o tempo ampliado e cíclico: o final de uma celebração marca o seu recomeço, mesmo

considerando que seu auge será somente um ano depois. Os espaços privilegiados de agenciamento destas festas são as capelas comunitárias, as casas e os espaços entre as casas.

As dimensões do sagrado e do profano se confundem nestas práticas ritualísticas realizadas nos quilombos, como já haviam observado os pesquisadores de outras expressões do catolicismo popular:

Apesar dos esforços da Igreja para separar uma parte propriamente religiosa das outras, folclóricas ou das francamente profanas, para o devoto popular o sentido da festa não é outra coisa senão a sucessão cerimonial de todas essas situações [práticas e momentos associados à festa], dentro e fora do âmbito restrito dos ritos da igreja. (BRANDÃO, 1989, P.37).

A Festa do Divino é um exemplo dessas festas religiosas. Ela é a celebração mais difundida nos quilombos, e talvez uma das mais completas em seu ciclo ritual e carga simbólica: ocorre entre os meses de maio e julho e envolve música, visitas de casa em casa por todo o território, partilha de alimento, reza, relações com a comunidade quilombola e as relações com as cidades ao redor. Para exemplificar, a cidade de Pinhão mantém intensa relação com o Paiol de Telha e tem uma das maiores Festas do Divino do Paraná.

Tradicionalmente, a Bandeira do Divino circulava dentro dos bairros e territórios quilombolas com uma comitiva de foliões, tocadores e acompanhantes que fazia a cantoria e recolhia prendas para a igreja. No final, os fiéis se reuniam na casa do festeiro ou na igreja central da cidade para encerrar a celebração. As celebrações como a Festa do Divino também permeiam a memória de nossos entrevistados.

Os participantes da Tripulação da Bandeira do Divino, em todo bairro por aí que eles passavam era assim: tinha o folião, que no caso era o tocador, o cantadorzinho, o arguereiro, alferes, o batedor de caixa, o batedor de caixa e triângulo, que era os cantadorzinho, como chamava na época. Batia caixa e triângulo, que tanto faz que seja menino ou menina, mas eram pequenos [...]. Mudou que antes de entrar os jovens que tocavam caixa e triângulo tinha rabequista, hoje não tem. Tem gente que virou crente e não quer mais receber a bandeira. O alimento oferecido era diferente: tinha almoço e onde a bandeira encerrava tinha jantar e baile, dança caipira, era rastapé, dança de par (*sic*). **Entrevistado 1**

Como podemos perceber na fala do entrevistado, a Festa do Divino se torna um espaço de sociabilidade entre o grupo quilombola do Paiol e os outros grupos que o cercam. Tal ideia coaduna com a argumentação de Pelegrini (2011, p.232), que afirma que “[...] os tributos ao Divino têm se tornado terrenos férteis para a materialização de laços de pertença

entre os grupos sociais que dela participam [...]” o que nos leva a entender, por meio de celebrações como essa, os laços identitários de um grupo.

Formas de expressões: literatura oral; roda de cantoria; roda de dança

A referência cultural mais difundida é a literatura oral, que envolve diversos gêneros narrativos como contos, causos, mitos e lendas. Essa é uma das referências mais ameaçada pelas mudanças em curso nas comunidades quilombolas, em especial pelas novas formas de comunicação como a internet, e isso preocupa os entrevistados, visto que algumas danças praticadas pelos ancestrais do Paiol mencionadas pelos quilombolas deixaram de ser praticadas há quase meio século pelos mais novos, estando presentes no grupo somente nos relatos fragmentados da memória dos mais velhos.

Para tentar manter na memória dos mais jovens as histórias dos antepassados, são constantes entre os quilombolas promover rodas de contação de história, utilizando o espaço do próprio quilombo para promover essas rodas ou mesmo o espaço como o da escola municipal que a maioria das crianças do Paiol frequenta. Geralmente a pessoa responsável por organizar essas rodas é a **Entrevistada 5**.

Nessas rodas de contação de histórias são abordados diversos gêneros da literatura oral: contos, “causos”, fábulas, lendas e mitos que veiculam versões narrativas de personagens como Negrinho D’água, Saci-Pererê, Boi Tatá, Corpo Seco, Curupira, Mãe de Ouro, Lobisomem, Bruxa e outros. De modo geral, há um repertório compartilhado de referências coreográficas e musicais. Mas serem conhecidas não garante que sejam praticadas. As danças, para ocorrerem, exigem músicos e cantadores que puxem o ritmo adequado para cada passo. Na ausência destas pessoas, as danças não ocorrem. Nos relatos e descrições nota-se que há nomes diferentes para as mesmas danças e casos de nomes iguais para danças diferentes. Estes casos estão pontuados nos textos específicos sobre cada dança.

O exercício de memória empreendido durante o inventário entusiasmou algumas comunidades na retomada ou fortalecimento de certas danças. A iniciativa é importante para a salvaguarda destas práticas, mesmo considerando que os grupos culturais são motivados também pelas oportunidades de apresentação em eventos culturais e festas, e não nos contextos originais destas expressões.

A designação das rodas danças, as ocasiões e os motivos de festa são os mais variados: depois da colheita, de roçada, de abertura de caminhos para construção de edificações como moradias, igrejas e centros comunitários, onde eram realizados casamentos, aniversários, entrudo – quaresma – e como parte das celebrações religiosas.

Havia também os bailes “à toa”, motivados pelo simples divertimento. Em algumas comunidades, estes bailes são chamados “baile de rata”, quando os participantes dividem as despesas da festa. Fandango e Forró designam, conforme a utilização da palavra, uma dança ou a festa dançante. O termo “forró” tem sido cada vez mais usado como sinônimo de “festa” ou “baile”. Os bailes são espaços importantes de interações lúdicas e de trocas intergeracionais, mas a variedade de danças que existiam outrora está sendo paulatinamente substituída pelo forró.

Eu lembro quando eles dançavam de par em par, quase como a Mão-esquerda, só que os homens sapateavam e a mulher não. Então uma hora o cavalheiro tava de um lado e a dama de outro aí quando começava a dançar, o cavalheiro saía sapateando em volta do salão e quando passava na frente da dama que era o par dele, trocava de lado. Mas sempre as damas de um lado e os cavalheiros do outro. Não dançava junto, só dava o braço na hora que fazia o passo pra trocar de lugar. Tocavam viola, pandeiro e quando tinha alguém que tocava rabeca, tinha rabeca também (*sic*). **Entrevistado 4**

Associado às festas está o costume de contar histórias, tendo como veículo a palavra falada. A introdução das escolas nos bairros rurais onde estão localizados os quilombos se deu em momentos distintos do desenvolvimento dos municípios, conforme foram sendo construídos os acessos às localidades mais isoladas. Em comunidades mais afastadas, só agora a alfabetização está em curso efetivamente, de modo que, nesses locais, os adultos têm pouca relação com o mundo da escrita. Seus conhecimentos foram adquiridos mediante a transmissão oral do saber acumulado dos mais velhos e pela experiência (CARVALHO, 2006).

A oralidade é uma característica ainda muito importante na Comunidade Paiol de Telha. Ela se organiza como vetor de transmissão de saberes e de valores compartilhados e, por meio dela, são estabelecidas as normas de conduta aceitas socialmente. Isto se aplica ao conjunto de narrativas recolhidas nas rodas de contação de História. São narrativas que percorrem o tempo e o espaço e se proliferam em diferentes versões, atualizando-se em toda parte.

As narrativas assumem função lúdica e educativa, atuando na formação moral dos indivíduos. Nelas encontram-se exemplos do que é certo e errado, e o que pode acontecer com aquele que não age adequadamente. São também estas histórias que portam as reflexões cosmológicas sobre a condição de natureza, humanidade, espírito de um grupo. Notamos que estas categorias são, muitas vezes, fluidas e não excludentes. Os contextos de enunciação destas histórias são vários. Em situações de encontro comunitário para uma

atividade agrícola ou religiosa, nas perambulações pelo território, em festas ou no espaço doméstico.

São histórias que eu ouvia. Minha tia me contava, de noite, juntava umas três ou quatro pessoas pra conversar e ela contava. Sentava no pé do fogo, em dia de frio, em dia de puxirão, pra contar histórias (*sic*). **Entrevistado 5**

As histórias são contadas quando acontecem. E às vezes a gente conta de novo quando alguém pergunta (*sic*). **Entrevistado 4**

São histórias que ouvi do meu pai, do meu tio, dos mais velhos. Eu conto pra outros, pra guardar assim como eu guardei. Pra não se perder no tempo turma do Paiol gosta de contar essas histórias em velório (*sic*). **Entrevistado 1**

As narrativas podem ser de fatos reais ocorridos com parentes, compadres e conhecidos – chamados por eles de “causos – ou narrativas míticas que resultam de representações do imaginário local e abordam temas que envolvem criaturas e fenômenos sobrenaturais. Muitas vezes, “causo” e mito se confundem, impregnando as experiências de mistérios e aproximando os mitos da realidade das pessoas. Há também narrativas que se aproximam das fábulas, quando os animais são personagens principais e possuem atributos humanos.

Seres fantásticos como o Negrinho d’água, Boitatá, Corpo-seco, Saci, Caipora Curupira, Mãe de ouro, Boi d’água, Mula-sem-cabeça, Lobisomem e Bruxa são identificados como representações do diabo e considerados maléficos por hipoteticamente possuírem “poderes mágicos” e oferecerem perigo àqueles com quem se deparam. É comum associar a aparição destes seres no período da Quaresma. Outra explicação para a concentração de ocorrências com visagens e assombrações neste período, refere-se ao fato de algumas pessoas desrespeitarem as regras religiosas próprias, como restrições de caçar e comer carne de caça. As visagens, assombrações e espíritos maléficos tendem a se aproximar dos infratores.

Os antigos viam muito visage, contavam sobre essas histórias. Antes de ter televisão, a gente ia na casa do vizinho e ficava lá conversando, contava história. Hoje eles ligam a televisão, dizem que estão acompanhando a moda e ficam parado na frente. É chato (*sic*). **Entrevistada 5**

As histórias são recursos cadentes de empenho cognitivo, pedagógico, educativo e de manutenção da memória e cultura. São patrimônios coletivos que aliam em si a memória do grupo com a sua historicidade.

Saber: curar, caçar e plantar

Nesta categoria estão inseridos os conhecimentos e práticas empregados na produção da vida cotidiana, como o trabalho agrícola e sua organização coletiva e de subsistência do Paiol, o cultivo dos alimentos, a caça e a pesca. No Paiol de Telha há pessoas que possuem conhecimento sobre o plantar, caçar, pescar, curar, que aprenderam com os seus antepassados e, para elas, as ações implicadas nestas práticas do dia a dia são referências marcantes da memória quilombola, manifestando-se em gestos e num “saber fazer” aprendido com naturalidade e desde muito cedo pelas crianças.

Os saberes culturais vinculados ao modo são amplamente difundidos para toda comunidade quilombola, apesar de alguns integrantes do quilombo terem empregos na cidade, a maioria ainda tira o sustento da terra. São saberes acumulados e transmitidos no tempo e no espaço, revelando a dinâmica das relações entre as gerações e as relações históricas entre as comunidades. O conjunto dos bens culturais identificados mostra que, até os anos 1970, as comunidades possuíam certa independência com relação aos bens e serviços que hoje são cada vez mais consumidos nas cidades. A partir desta década, com o processo de expropriação de terras e a queimada de suas plantações, a subsistência da comunidade ficou cada vez mais vinculada às cidades ao redor. Como exemplo, a venda dos produtos feitos ou produzidos no Paiol de Telha na feira das cidades da região ou nas festas religiosas da região.

Os modos de fazer estão incluídos como um bem cultural “modo de fazer roça”, que constitui a base do sistema agrícola quilombola. O sistema agrícola envolve diversos outros bens culturais não só ligados à produção alimentar, mas a formas de expressão, celebrações e lugares. Na pesquisa realizada por ocasião do inventário, foi identificada a tendência à diminuição da atividade agrícola, provocando impactos em toda a cadeia: nas formas coletivas de organização do trabalho, nos bailes, nas danças e músicas associados às atividades de roçada e colheita, nos saberes ligados aos recursos naturais, no processamento dos alimentos, na confecção de utensílios utilizados neste processamento e nas formas de apropriação do território.

O trabalho agrícola é a principal atividade produtiva no quilombo Paiol de Telha. O trabalho na roça é o bem cultural mais difundido e relatado diversas vezes como uma prática de união dos quilombolas. Empenhados em produzir alimento para o sustento das famílias, homens e mulheres cultivam arroz, feijão, milho, mandioca, cana, abóbora, banana, pepino e uma variedade de outros tubérculos, verduras, hortaliças e frutas.

As roças não são importantes apenas para a segurança alimentar das comunidades quilombolas. Elas são a base de sustentação de diversas expressões culturais abordadas

neste relatório. Não por acaso, roça aparece como bem cultural associado a diversos temas. A produção alimentar está relacionada a um conjunto de saberes e práticas ancorados em valores e relações familiares e comunitárias. Este conjunto é a base da organização social e cultural quilombola no qual a roça assume posição central e estruturante. Por essa razão, se a roça decai, leva consigo outros aspectos importantes do patrimônio cultural das comunidades quilombolas.

Antigamente, no tempo dos antigo, o povo caçava. Eu aprendi com meu avô e bisavô o modo de caçar. Nós acompanhava eles, e naqueles tempos era um tempo sofrido, o caboclo tinha que se valer da caça. No tempo dos antigo pegava porco do mato, tateto, paca, veado, tatu. Mas a gente não caça mais, porque tem os entendimento com a lei. A gente tem o nosso direito de caçar pra sobreviver, mas de acordo com a época a lei diz que não pode tá perseguindo os bichinho. Tem a regra também, não pode tá fazendo extravagância. Porque a gente não precisa das coisas só uma vez, elas têm que se criar, senão acaba. Eu não gosto muito da perseguição de caça porque a caça não é ser humano, mas merece viver que nem nós. Só que tem que tem algum tipo de caça que a gente não mexe com ele. Esse tipo de caça que é mais perigosa e que não dá prejuízo na roça, a gente não mexe. Já o bugio e o macaco ele dá prejuízo na roça, mas não é mexido com ele, porque dizem que ele era gente antes. A maioria do povo não mexe, porque ele berra bonito e é bonito da gente vê. Eles são considerados da família, tinha um macaco muito peralta aqui que chegava e abraçava a mulher, passava a mão no rosto dele. A mulher até chorou quando eu dei esse macaco porque era muito peralta, mexia em tudo, derrubava baldada de leite. No tempo dos antigo a gente ouvia contar uma história de porcada, que eles foram atravessar o Paredão Vermelho e não teve jeito, os coitados caíram tudo lá embaixo. Morreu uns 10 porco, o povo dos antigo pegaram e comeram. Eles trabalhavam por perto ali e veio os cachorro correndo, o porco se enganaram e entraram nesse paredão. Eles pensaram que podiam passar nesse paredão e se perderam (*sic*).

Entrevistado 1

O sistema agrícola é formado de saberes, práticas, valores e relações. Na descrição das partes que formam o sistema agrícola quilombola podemos destacar sete aspectos, a saber: os conhecimentos relacionados ao cultivo e manutenção de sementes crioulas; os conhecimentos relacionados ao processamento dos produtos da roça; a fabricação de artefatos e utensílios utilizados no âmbito da produção e processamento dos alimentos; as diversas modalidades de trabalho coletivos e os bailes e danças tradicionais associados; a relação entre roça e religião e o uso dos alimentos nas celebrações religiosas; a apropriação do território e o conhecimento do solo por intermédio do trabalho agrícola; os contextos de transmissão do conhecimento por meio da experiência e de narrativas orais, que atualizam o repertório de saberes e de histórias sobre o lugar e a comunidade para as novas gerações.

O trabalho na roça mantém viva no agricultor a necessidade de desenvolver uma percepção atenta das características florestais, do solo, dos ciclos naturais das plantas

cultivadas e das condições climáticas da região. Estes conhecimentos são essenciais para que o cultivo seja bem-sucedido. É preciso escolher o melhor solo, saber a época e as técnicas de plantio para cada tipo de planta, escolher as sementes saudáveis, a quantidade de sementes adequada para o tamanho da área, plantar com a distância certa, fazer um aceiro seguro para evitar queimadas fora da área de plantio, carpir, cuidar da plantação ao longo do desenvolvimento da planta, atentar para a época e técnicas adequadas de colheita.

Lugares: Associação das Mulheres do Paiol de Telha

Os bens culturais classificados nas categorias de Lugares estão associados aos territórios onde se encontram dentro do território quilombola. Os lugares são importantes para a memória histórica das comunidades, para as atividades cotidianas e de geração de renda e para a imaginação artística e lúdica. Os lugares estimulam as comunidades à reflexão coletiva sobre a importância histórica e cultural destes espaços, fortalecendo os vínculos com o território. Na descrição destes bens culturais emergem as versões locais de eventos ocorridos no passado, constituindo um conjunto de narrativas que pertencem a um número restrito de pessoas, mas que compõem a trajetória da comunidade, tornando o espaço um lugar de memória. Pierre Nora (1993), ao conceituar “lugares de memória”, afirma que:

[...] museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações [...]. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (NORA, 1993, p.13).

Os lugares citados por Pierre Nora podem, perfeitamente, ser considerados partes integrantes de um patrimônio cultural; não apenas um patrimônio constituído por suportes materiais, mas também por ser caracterizado por bens intangíveis como festas, aniversários, “contações” de histórias e espaço para aprendizagem de saber fazer, como as oficinas de doces e bolos, de bonecas e costura.

A Associação das Mulheres do Paiol de Telha funciona como um Centro Comunitário formalizado em 2004. As reuniões sobre assuntos de interesse da comunidade, oficinas culturais, festas e bailes ocorrem no local. Em noites de festa, são colocadas as mesas e ocorre o bingo. Há uma sala onde ficam os documentos da associação e no salão principal há uma pequena biblioteca com livros doados. A cozinha do Centro Comunitário possui fornos especiais para produção de pães, doces e salgados. As mulheres da comunidade

utilizam regularmente os fornos com esta finalidade. Os produtos feitos na associação são para consumo familiar e para comercialização nas feiras das cidades das regiões.

Usamos o Centro Comunitário para o desenvolvimento dos encontros da comunidade. Todo e qualquer encontro é diretamente no salão. Isso o torna importante. Antes não tínhamos um local para desenvolver nossos trabalhos e reuniões. Agora ficou muito mais fácil (*sic*). **Entrevistado 2**

Como podemos verificar na fala acima a Associação das Mulheres do Paiol de Telha – chamado localmente de centro comunitário – é um espaço em que os saberes e os fazeres da Comunidade são socializados a todos, em especial às novas gerações. É nesse espaço que as festas acontecem, as histórias são contadas e as práticas de vida do Paiol de Telha ganham vida por meio das memórias dos quilombolas.

Memórias e saberes quilombola no Paiol de Telha em questão

Nas práticas de vidas relatadas pelos entrevistados, percebemos que a memória é o fio condutor que nos leva a entender o território quilombola da Comunidade Paiol de Telha como Patrimônio cultural. A memória dos sujeitos, ao relatar seus saberes e seus fazeres, enlaça os saberes do indivíduo aos do grupo e à sua tradição. Pollack (1992), ao refletir sobre a relação da memória do indivíduo com a do grupo, afirma que ela é em parte herdada, e que não se refere apenas à vida física da pessoa.

Ao analisarmos as práticas de vida dos quilombolas do Paiol de Telha, percebemos que os processos de sociabilidade nos quais a identidade desse grupo se engendra têm ultrapassado as fronteiras da própria comunidade. Mais do que isso, ela vem sendo gradualmente construída por novos elos agregados com o passar do tempo vivido. Trata-se de uma identidade que se produz também por meio da alteridade e dos critérios de aceitabilidade, admissibilidade e de credibilidade negociados diretamente com o “outro”, ou seja, com aquele que *a priori* não pertencia ao grupo, mas agregou-se a ele. A memória e a identidade devem ser consideradas “moedas de troca”, logo, podem ser negociadas e, como nos adverte Pollack (1989, p.34), não são fenômenos peculiares de uma pessoa ou de um grupo.

O processo de formação da dinâmica identitária é construído por diferentes sujeitos, havendo uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. A Comunidade Paiol de Telha, ao interagir com a sociedade, começa a fazer parte dela, a agregar valor e a ser também transformada. Por mais que a memória sofra flutuações em virtude do momento em que está sendo articulada, a história de vida individual ou coletiva

tem sempre algo invariante, que se torna parte da própria essência da pessoa, promovendo um forte sentimento de pertencimento.

Para Rousso (1998) a memória coletiva de acontecimentos e representações do passado que se quer salvaguardar, se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre diferentes coletividades. Neste contexto, apesar de toda interação cultural com outros grupos sociais, vem ao longo do tempo resguardando suas raízes e seu sentimento de pertencimento à cultura quilombola mediante seus fazeres e seus saberes.

Os relatos dos entrevistados também são evocados em contextos de vida coletivos. As narrativas, permeadas por memórias, possuem caráter educativo na socialização dos mais jovens e entretêm adultos e crianças. Nas rodas de contação de histórias, nas festas e na lida com a roça, os mais velhos puxam da memória as narrativas que explicam os nomes dos lugares, fatos que ali ocorreram, sejam eles de caráter histórico ou mítico.

Como argumenta Pelegrini (2008), para além das questões formais definidas por diretrizes governamentais, é necessária atenção para não incorremos no equívoco de subestimar a capacidade e a vontade de grupos ou comunidades de defender seus próprios interesses e seus modos de viver e pensar o mundo – um olhar que sugere a compreensão de si e do outro. As práticas de vida dos grupos-alvo da patrimonialização devem ser respeitadas nas suas especificidades tanto pelos poderes públicos instituídos como pelos pesquisadores.

Ao considerarmos a argumentação de Pelegrini (2008), percebemos que as memórias relatadas nas entrevistas são formas de transmitir saberes e de alertar para os perigos e mistérios do mundo. Estes saberes tornam o território quilombola um campo repleto de significado e inspiram um sentimento de pertença, e ajudam a constituir a identidade do grupo. As formas de expressão, os modos de fazer e as celebrações fazem parte da identidade cultural dos quilombos do Paiol de Telha e alimenta não só a sociabilidade do grupo, mas também a sociabilidade que o grupo estabelece com aqueles que estão ao seu redor e também o imaginário, o valor de estar junto e compartilhar, a percepção dos ciclos da natureza, o pertencimento a um lugar e o legado deixado pelos mais velhos.

Os quilombolas identificam que, nos últimos anos, há um declínio da atividade agrícola. Falam da diminuição do tamanho das roças, da redução da diversidade de plantas cultivadas e da dificuldade em fazer os mais jovens se interessarem pelas práticas vindas dos antepassados. Relatam como esses fatores impactam a identidade quilombola e outras esferas de expressão da cultura local, e colocam em risco os conhecimentos tradicionais associados ao sistema de prática de vida de subsistência.

Diversos fatores foram mencionados pelos quilombolas nas entrevistas como motivos do reposicionamento da identidade nos últimos anos: área insuficiente em razão da presença de forasteiros no território; sobreposição da comunidade alemã no território que quilombolas consideram seu por direito; acesso ao mercado de trabalho assalariado nas fazendas vizinhas; programas assistenciais do governo; substituição da roça pelo plantio de monoculturas como banana e pupunha para comercialização; falta de assistência técnica rural; dificuldade para comercialização do excedente agrícola; e o distanciamento dos jovens das atividades que mantêm viva a memória dos antepassados.

O que podemos perceber é que a maioria dos fatores converge para a questão da importância do território como espaço identitário e de preservação de seus saberes e de seus fazeres. Podemos afirmar que, para os quilombolas da Comunidade Paiol de Telha, ter posse do território significa ter poder para estabelecer determinado modo de vida em um espaço, dando continuidade a seu modo de vida, mesmo que de forma mutável ao estabelecer relações com outros grupos e com os interesses dos tempos atuais.

Considerações

As comunidades quilombolas, ao se organizarem pelo direito aos territórios ancestrais, não estão apenas lutando por demarcação de terras, mas sobretudo estão fazendo valer seus direitos a um modo de vida. O território foi visto como um espaço físico, e também como um espaço de referência para a construção da identidade quilombola.

Outro fator que deve ser mencionado é que ao evidenciar uma memória quilombola nos saberes e nos fazeres da Comunidade Paiol de Telha, demonstramos a presença de uma memória negra no estado do Paraná e colocamos em questionamento o silenciamento que por anos e anos a população afro-brasileira vivenciou no Estado.

A historiografia a respeito da escravidão no Paraná apontou uma participação menos intensa de escravos na região do que em outras partes do Brasil. Em parte, tal assertiva baseou-se no fato de o Paraná estar fora do eixo das economias agroexportadoras de grande porte, como a região Nordeste ou extrativas, como Minas Gerais ou mesmo o Sudeste com o café. Neste sentido, houve uma interpretação segundo a qual se minimizou o trabalho escravo feito no Estado com o intuito de criar a noção de um Paraná colonizado somente por imigrantes europeus.

O que nos permite recorrer às formulações teóricas de Pollak (1992) que discute que tanto a memória quanto a identidade integram um projeto de construção de uma nação. Referir-se à identidade social e, portanto, como algo construído socialmente, é entender a

obrigatoriedade de se considerar que esta se sujeita a toda sorte de interferências do contexto no qual se insere.

E considerando que, ao longo do século XX, o projeto nacional brasileiro apagou ou minimizou a presença negra no país e no Paraná, discutir a presença de uma memória negra nos fazeres e nos saberes da população da Comunidade Quilombola Paiol de Telha é, no mínimo, questionar o silenciamento da história em relação à população afro-brasileira.

Recebido em: 07/01/2016

Aprovado em: 18/10/2016

NOTAS

¹ O presente texto faz parte das reflexões realizadas no decorrer da pesquisa de Pós-doutoramento, intitulada “A memória nos saberes e nos fazeres da população quilombola da Comunidade Paiol de Telha no Paraná” realizada no decorrer de 2014 a 2016 na Universidade Estadual de Maringá - Paraná. Agradeço a Capes pelo apoio na realização da investigação.

² Para problematizarmos como as memórias transmitidas de geração a geração contribuem para a constituição dos saberes e dos fazeres dos remanescentes desses quilombolas, em especial, as memórias expressas nos relatos, entrevistamos cinco integrantes tomados como lideranças formais ou informais da Comunidade e os nominamos de Entrevistado 1 até Entrevistado 5 e, apesar de todas as falas dos entrevistados serem transcritas, mantivemos a forma original de expressão de cada um.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Antônio Augusto. Sobre inventários e outros instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural intangível: ensaio de antropologia pública. *Anuário Antropológico 2007/2008*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2009. p. 173-222.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A cultura na rua*. Campinas: Papyrus, 1989

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1998.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 12 de novembro de 2003: Dispõe sobre a análise, seleção e aprovação dos projetos inovadores de cursos, financiamento e transferência de recursos, e concessão de bolsas de manutenção e de prêmios de que trata a Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002, que instituiu o Programa Diversidade na Universidade. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 nov. p. 2. 2003.

BURKE, Peter. *Variiedades da história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BUTI, Rafael Palermo. *Acerca do pertencimento: percursos da comunidade invernada Paiol de telha em um contexto de reivindicação de terras*. 2009. 196f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CALÁBRIA, Juliana. *Processo de Comunidade Quilombola pode ser anulado no Paraná*. Disponível em: http://www.cedefes.org.br/?p=afro_detalhe&id_afro=10189. Acesso em 08 jul. 2014.

CARVALHO, Maria Celina Pereira de. *Bairros negros do Vale do Ribeira: do 'escravo' ao 'quilombo'*. Campinas, SP, 2006. 211f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais).- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2006.

FELIPE, Delton Aparecido. *Historiografia sobre os quilombos no Brasil: A terra e a memória como patrimônio cultural*. In: *Livro de Atas 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*. Lisboa – Portugal, 2015.

FUNARTE. Região Sul – Paraná: *Comunidade de Invernada Paiol da Telha*. Disponível em: http://www.souquilombola.com.br/estados/comunidade_de_invernada_pr_cont.html. Acesso em: 08 jun. 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vertice, 1990.

JOCOSKI, Valmir. Estudos sobre a organização política e a representatividade social da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha Fundão – Município de Pinhão (Pr). Guarapuava: Faculdades Guarapuava. *Contrato Social*, Revista Eletrônica do Curso de Ciências Sociais, nº 1, ano 1, p. 98 -108, 2011.

MARTINS, Sebastião Meira. Guarapuava, nossa gente e suas origens. Guarapuava, Secretaria Municipal de Cultura, s.d. TEIXEIRA, Murilo Walter. *Continente Guarapuavano*. Guarapuava: Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, 1999.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 25, dez. 1993.

PELEGRINI, Sandra Cassia Araújo. A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. *História* (UNESP), v. 27, p. 145-173, 2008.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989.

VERONEZZI, Fernando; DA SILVA, Fernando Alexandre. A pluralidade do espaço rural de Guarapuava (Pr): a contribuição do povo negro e o cotidiano das famílias do quilombo “Invernada Paiol de Telha”. *Revista da ABPN*, v. 5, n. 10, mar-jun., 2013, p. 227-242.